

## A TEORIA DA LITERATURA NO BRASIL: APRESENTAÇÃO

A introdução da disciplina da Teoria da Literatura no Brasil remonta, como é sabido, à década de 1950, quando Afrânio Coutinho, ex-aluno de René Wellek, propôs a sua criação na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade do Estado de Guanabara, depois designada Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Entendida então como disciplina propedêutica ao estudo da “Ciência da Literatura”, tal concepção viria a conflitar com outra, que passou a dominar a disciplina ao longo dos anos 60 e 70, anos da sua expansão curricular, para a qual a Teoria da Literatura seria antes, nas palavras de Luiz Costa Lima em 1975, a “*suma* dos estudos literários”, concepção que viria a coincidir com o apogeu do estruturalismo na universidade brasileira. O triunfo desta segunda concepção, que se prolonga pela década de 80, acusará, contudo, desde cedo, um processo de desagregação induzido pelas várias correntes pós-estruturalistas, sendo a mais vincada a Desconstrução, a que se seguirão os efeitos (des)concertados do Feminismo e dos Queer Studies, bem como dos Estudos Culturais, culminando quer nas querelas identitárias em torno do cânone, quer na desvalorização do capital cultural da literatura.

Este processo viveu no Brasil paredes meias com formas de pensamento teórico que, provenientes de outras áreas do estudo da literatura – em particular, a orientação sociológica do trabalho de Antonio Candido, com as noções de “sistema”, na *Formação da Literatura Brasileira*, e de “estrutura”, posteriormente – neutralizaram sem problemas aparentes o conflito novecentista entre Teoria e História da Literatura, o que permitiu relançar, por mais algumas décadas,

as condições de possibilidade da narração da História da Literatura Brasileira, muitas vezes em versão comparatista.

Não surpreende, pois, que o texto introdutório ao número 28.2 (2008) da revista *Remate de Males*, Revista do Departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, cujo dossiê é dedicado à “Teoria Literária Hoje”, abra deste modo:

A teoria literária, hoje, é um campo tão instigante quanto confuso. Do ponto de vista institucional, a variedade entre os departamentos e programas de pós no Brasil é imensa, e de forma alguma projeta uma imagem homogênea do que seria essa subdisciplina dos estudos literários. Em alguns lugares, aquilo que se chama teoria literária é na realidade literatura comparada, enquanto em outros o nome de estudos culturais talvez fosse mais apropriado. Porém, essa falta de clareza pertence ao próprio objeto definidor da área. Por um lado, a teoria muitas vezes oferece interpretações inovadoras, e sua complexidade conceitual revela sentidos muito além das limitações do senso comum; por outro, os discursos teóricos parecem autonomizar-se, deixando a literatura em um segundo plano. (Fabio Akcelrud Durão, Jefferson Cano, Alexandre Soares Carneiro)

É este panorama “tão instigante quanto confuso” que este número da *Revista de Estudos Literários* deseja interrogar, recorrendo para tal a nomes consagrados do Brasil, Portugal e Espanha. O número da revista foi pensado com o seguinte temário:

1. História curricular e situação institucional da Teoria da Literatura no Brasil.
2. O diálogo interdisciplinar: filosofia, antropologia, linguística, psicanálise.

3. Relações da Teoria da Literatura com outras disciplinas dos estudos literários: a Crítica, a História, a Literatura Comparada.
4. Sucessos e fracassos da Teoria da Literatura no ensino e pesquisa da literatura no Brasil.
5. As grandes figuras e o *corpus* local da Teoria da Literatura.
6. A teorização num país periférico.

Os artigos que preenchem o dossiê temático deste número produzem uma problematização que a partir daqui deverá ser tomada em conta no debate sobre a “era da Teoria” (expressão a tomar com aquele *grão de sal* que a distância em relação ao auge da referida era exige) nos estudos literários no Brasil. No texto que abre o dossiê, Fabio Akcelrud Durão propõe “Três Ideias e uma Aposta sobre a Teoria Literária no Brasil”. As ideias são (i) a constituição de um discurso teórico cada vez mais descolado da literatura, (ii) o processo de institucionalização segundo especificidades nacionais, e (iii) o impacto social de ideias derivadas do campo da teoria. O texto de Durão deve muito à ideia de Teoria enquanto corpo de pensamento progressivamente emancipado de uma relação necessária com “textos literários” (não por acaso, é seu um instigante livrinho sobre a questão da *Theory*), mas que ainda assim, ou por isso mesmo, desempenha um papel institucional e social reconhecível, desde logo no campo latamente definido como identitarista. Quanto à aposta final proposta pelo autor, trata-se de, numa inversão dialética, ler as obras literárias não como objeto do trabalho (explicativo ou não) da Teoria, mas sim como aplicação dela, como se uma certa literatura decorresse hoje de concepções teóricas em voga. Mais ainda, na proposta de Durão, trata-se de saber se a Teoria se poderia inserir na porosidade da cultura brasileira, demonstrada historicamente pelo Tropicalismo, contribuindo ainda mais para o enfraquecimento de barreiras e axiologias e funcionando como “um combustível análogo

àquele que gerou a bossa nova, Caetano Veloso ou *Cidade de Deus*, de Paulo Lins, por exemplo”.

Max Hidalgo Nácher, em “Cais brasileiros da desconstrução: etnocentrismo e diferença colonial”, aborda, a partir da imagem do “cais” (tradução de “jetée”, em Derrida), a circulação/disseminação da desconstrução derridiana no espaço sul-americano e, em particular, no Brasil, tentando sabotar os fundamentos de uma teoria da circulação pré-determinada por modalidades de pensamento ainda coloniais, patentes em designações como “modernidades periféricas”. Historicizando essa disseminação latino-americana, Hidalgo Nácher demonstra que ela antecede, no que toca às traduções de Derrida, a que ocorre em língua inglesa – ao contrário da percepção dominante –, reconstituindo o seu fecundo rastro brasileiro em Silviano Santiago (“entre-lugar”), Haroldo de Campos (“transcrição”), Viveiros de Castro (“diferença”) e outros, um rastro que evidenciaria “um uso criativo e não reverencial” do pensamento derridiano. Inspirando-se em Silviano Santiago, para quem no pensamento de Derrida interessava sobretudo a desconstrução do etnocentrismo, Hidalgo Nácher afirmará, por fim, que a leitura feita de Derrida no Brasil é um contributo fundamental para “o descentramento do pensamento europeu”.

A história da Teoria da Literatura no Brasil, como de resto noutras latitudes, é indissociável de polémicas mais ou menos famosas, que assinalam o embate da nova disciplina com a “ciência normal” em vigor nos estudos literários. Joana Matos Frias, em “A Teoria na prática”, demora-se na descrição e análise da polémica que em 1975 mobiliza Luiz Costa Lima, figura fundadora da disciplina e que intervém na polémica com o famoso texto “Quem tem medo da teoria?”, e Ana Cristina César, além de Cacaso e Carlos Nelson Coutinho. O debate, que assinala o momento em que parece estabelecer-se uma equivalência plena entre Teoria e Estruturalismo, suscita a Ana Cristina o texto “Os professores contra a parede”, no qual a autora

defende que não se tratava de “embarcar para o inferno ou para o paraíso, mas numa canoa furada”, e que “o libelo contra a ‘teoria’” deveria ser considerado “como uma reação a uma *forma de impor*, à utilização de determinados termos e teorias em detrimento do aluno e da própria literatura”. A diferença específica da posição de Ana Cristina César, na proposta de Joana Matos Frias, reside em que ela recusa “uma hegemonização ortodoxa dos discursos de aproximação ao poema [a da Teoria, na versão de Costa Lima] falsamente estabilizadora”, o que se deveria a uma contaminação desconstrucionista, muito plausível em função do magistério alternativo de Silviano Santiago que nesse mesmo ano se traduz na obra teórico-didática *Glossário de Derrida*, de influência reconhecidamente epocal.

Nabil Araújo, no texto “Para sair da canoa: a questão da teoria / a teoria em questão”, regressa à polémica de 1975, mas fá-lo pelo viés da polémica que vem mantendo com Luiz Costa Lima sobre duas áreas centrais da reflexão desse teórico – a teoria da mimesis e o controlo do imaginário –, mostrando como essa polémica *in progress* funciona como um espelho revelador de certos bloqueios da teoria, que parecem condenados a repetir-se, o que fica patente na forma como Costa Lima desqualifica como posição “contra a teoria” toda e qualquer crítica das suas posições. Nabil retoma então a recusa histórica de Costa Lima de uma teoria “ao serviço da crítica”, contrastando-a com posições mais moderadas (as de Antonio Candido e Afrânio Coutinho no Brasil, ou de Tzvetan Todorov na França, para não referir Wellek & Warren no seu momento fundador), e propondo no fundo um panorama pluralista, ou mitigado, no qual a teoria da literatura recua no seu desejo constitutivo de império sobre o campo dos estudos literários. É o que ocorre no “programa mínimo” de investigação que propõe “em torno do binômio *a questão da teoria/a teoria em questão*” – um programa que não deveria esquecer a sua componente de ensino –, no qual o recuo à cena primitiva

da disciplina no Brasil ou à sua história institucional reforçam essa constatação pluralista. A contraface desse pluralismo seria a dúvida metódica do autor quer em relação à “pretensa transformação contemporânea da teoria da literatura em ‘Teoria’”, quer em relação à “pretensa superação contemporânea da teoria da literatura por um ensaísmo literário supostamente ateuórico”.

Se Costa Lima é o teórico brasileiro por antonomásia, Benedito Nunes, abordado por Ricardo Namora no texto “Bonecas russas no Pará – a hermenêutica segundo Benedito Nunes”, representa neste panorama o pensador que não cabe em nenhuma disciplina – e para isso, algo terá contribuído a “insularidade” de Nunes, entre Belém do Pará e Paris, o que lhe permitiu, segundo o autor, “não se envolver diretamente nas polêmicas da Teoria Literária no Brasil e da querela teórica do eixo Rio-São Paulo”. O texto de Namora desenrola-se segundo a lógica narrativa do “retrato intelectual”, acrescentando camadas biográficas e intelectuais ao percurso do paraense e atribuindo à hermenêutica um papel conformador do perfil de Nunes, um tanto à compita com o influxo heideggeriano. Namora, contudo, deixa claro que “hermenêutica” em Nunes é um outro nome para esse influxo, já que, nas suas palavras, “A sua teoria da literatura, a sua disposição hermenêutica e o seu afã epistemológico são... violentamente reconvertidos numa teoria da poesia e do ser”. Daí, pois, a centralidade da poesia na hermenêutica de Benedito Nunes, já que, citando de novo Namora, “é pela poesia que tomamos consciência dessa condição errante – é o *canto* que instaura a dialética perfeita entre a linguagem dos mortais (finitos e nómadas) e a ‘fala da linguagem’, ou seja, a sua ontologia simbólica inaugural”. Tudo isto, como é natural, desemboca num perfil de ensaísta, o qual, como vimos antes em Costa Lima e Nabil Araújo, produz uma clivagem imediata dentro do campo em estudo neste volume, que é também a clivagem que ocorre quando a filosofia elege como objeto de reflexão a lite-

ratura, o que arrasta um conjunto reconhecível de incomodidades (quer nos estudos literários, quer na filosofia).

Com o texto de Matheus de Brito, “*Formação da literatura Brasileira numa outra chave*”, a natureza do debate muda de imediato neste volume. No texto com que abre este mesmo número da *Revista de Estudos Literários*, Fábio Durão esclarece que não considera “a tradição dialética nacional de Antonio Candido e Roberto Schwarz como parte da teoria literária em seu sentido estrito. Ao invés, trata-se neste caso de uma modalidade diferente de escrita, muito mais próxima à crítica literária tradicional, e que se distancia bastante da dinâmica que descreverei em seguida”. Refletindo sobre a questão em sede institucional, Durão explora a ironia de Candido ter estado por trás da criação de dois departamentos de Teoria Literária (na UNICAMP e na USP) que não o eram à data da sua criação e que “só no decorrer dos anos foram adequando-se a suas alcunhas e com isso divergindo da intenção inicial”. Na leitura a que Matheus de Brito submete a *Formação*, está em causa a teoria implícita da História produzida por Candido, que Brito descortina sobretudo na articulação entre a noção de “manifestação literária” e “brasilidade” (ou “nativismo”). Brito começa por mostrar como Haroldo de Campos, na sua proposta de um modelo alternativo centrado em Gregório de Matos, cede ao mesmo anacronismo com que Candido, e antes deles outros historiadores, atribuem a certas categorias teóricas “inteligibilidade... para pensar as letras nacionais”. As categorias relevadas por Brito são “autonomia” e “estética”, às quais Candido recorre tanto para resolver problemas como, na leitura proposta, os criar, na medida em que lê como especificidades brasileiras, processos e dinâmicas cuja sustentação convencional e institucional é reconhecível quer na literatura portuguesa quer na europeia, tal como Jürgen Habermas os recenseou no seu livro seminal de 1962, *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. O método de Candido consiste, de

acordo com Brito, em “produzir um conceito capaz de encadear a narrativa até o presente cultural como *necessário* ponto de chegada dos processos históricos”. O que daqui resultaria seria, no fundo, má história e um entendimento equivocado da teoria, pois “A aplicação de certos critérios sociologizantes aplaina a especificidade histórica, produz uma narrativa que convence pela racionalidade assim introduzida – e não por sua ancoragem na história – e, a seu modo, reitera o fetichismo do estético. É um esforço que, dessa forma, acaba por produzir uma história menos histórica”.

O artigo de Emílio Maciel, “Tempo Fora dos Eixos: Roberto Schwarz e a fratura brasileira do mundo”, é um impressionante corpo a corpo com a ensaística de Schwarz, que percorre no seu transcurso histórico, lendo-a como “uma espécie de elusivo e alegórico *Bildungsroman*, centrado na disputa pelo rosto definitivo do maior romancista brasileiro, Machado de Assis”. Na leitura de Maciel, a primeira fase de Schwarz “parece, de certa forma, dar continuidade ao projeto formativo de seu mestre Antonio Candido, ao fazer do autor de *Dom Casmurro* o grande ponto de culminação do percurso descrito na *Formação de literatura brasileira* (1959)”. Já a passagem ao Machado maduro acaba por produzir no leitor “essa forte impressão, tão própria do clássico, de encontrar de repente um velho amigo” – o que “só faz realçar o choque de velocidades característico do melhor Schwarz, onde o incansável mover-se em paralaxe pelos vários níveis do texto coexiste com uma insistência não menos nervosa na necessidade de jogar fora a escada em que se acabou de subir”. A leitura de Maciel consegue, pois, um movimento pendular entre a visada meta-explicativa de Schwarz, cuja tese sobre as “ideias fora do lugar” teve o sucesso que se sabe, dentro e sobretudo fora do universo das letras brasileiras, e a leitura cerrada da forma como a sua escrita dramatiza todas essas tensões de que Machado seria o melhor sismógrafo para o Brasil moderno (vale dizer, liberal, mas escravagista). Por fim,

num momento decisivo, Maciel defende que o método dialético de Schwarz assegura um “precioso ganho cognitivo tirado das tramas associativas que arma, ao transformar, de repente, as brenhas e grotões do Terceiro Mundo em ponto de vista privilegiado para acompanhar de camarote os estragos da Matrix”.

O núcleo de textos sobre a “tradição dialética nacional” (Durão) encerra-se com o artigo de Marcos Natali, “Poética e Erótica da Discórdia”, que toma como objeto a polémica de Roberto Schwarz contra Caetano Veloso, desempenhando neste volume um papel análogo ao que os textos de Joana Matos Frias e Nabil Araújo desempenham para as polémicas suscitadas pela tradição mais estrita da Teoria da Literatura no Brasil. Natali anuncia o “objetivo pontual e restrito” de acrescentar uma nota de rodapé ao debate em curso, e que contou com autores como José Miguel Wisnik, Alexandre Nodari e, sobretudo, João Camillo Penna, mas de facto a sua contribuição para uma metarreflexão sobre “a ética da discussão e a política do desentendimento no debate público brasileiro” revela-se decisiva. A “arquitetura retórica de Schwarz”, no entender de Natali, provém de uma “família crítica” dada a uma série de táticas desqualificadoras do adversário, que no ensaio em causa vão muito além dos “limites éticos da discussão”, o que uma desconfiança, da parte de Schwarz, em relação ao consenso mole ou à “noção fraca de pluralismo condensada na ideia de diálogo do imaginário liberal”, apesar de tudo não legitima. Para Natali, a forma como Schwarz elege o antagonismo, em detrimento do atrito, insere-se de facto numa “política da hostilidade” e num “imaginário competitivo no qual o outro é inimigo e rival”. Alargando o âmbito da sua análise a Paulo Arantes e outros autores para os quais parece inexistir a possibilidade de aceitar uma qualquer crítica às posições da tradição dialética nacional, já que todas as críticas no fundo seriam manifestações ou de importação de modas teóricas estrangeiras (ao contrário do marxismo, no

qual, decerto por se prestar a uma análise das condições materiais da realidade, a questão do nacional parece um adquirido) ou de má-fé, Natali mostra como labora aqui um “moralismo dialético” que facilmente descamba numa “pedagogia da crueldade, presente no gosto pela desqualificação sarcástica, um exemplo do tipo de gesto que caberá ao aluno aprender a emular”.

O artigo de André Corrêa de Sá, “Um Monumento aos Heróis da Grande-Guerra: Gilberto Freyre, Brasília e Lula da Silva à luz da teoria da literatura de Afrânio Coutinho”, não se insere em nenhum dos blocos antes recenseados no volume, nem explora uma figura inacomodável numa única disciplina, como no texto de Ricardo Namora sobre Benedito Nunes. Trata-se, sim, de estudar o perfil específico da contribuição fundadora, mas hoje algo desvanecida, de Afrânio Coutinho, para uma ideia de teoria da literatura na qual não apenas a teoria está ao serviço da crítica e da história, como subjacente a todo o projeto está a ideia de que aquilo que legitima o estudo da literatura no Brasil é o facto de ela estar, desde o início da colonização, ao serviço da constituição de uma ideia de Brasil. André elege então os três “momentos decisivos” do Brasil moderno que constam do seu título, mostrando como nos três se pode recensear “os efeitos da migração de ideias e imaginários de Afrânio Coutinho”. No fundo, e nas palavras do autor, Afrânio, que teve uma posteridade muito mais difícil do que a de Antonio Candido, é um dos veios centrais da tradição da teoria literária no Brasil, uma tradição para a qual “a teoria sempre foi subsidiária do ensino da literatura, este sempre foi subsidiário da noção de literatura brasileira, e esta sempre foi subsidiária do Brasil”.

O dossiê temático do volume encerra com o texto de João Cezar de Castro Rocha, “Tinha o livro no meio do caminho: a materialidade da teoria da literatura”, com o qual o autor propõe dois paralelos contrastivos. O primeiro, entre a situação histórica da Teoria da Literatura em Portugal e no Brasil: se em Portugal o decreto que

cria a disciplina em 1957 ganha uma “vocação adâmica”, no Brasil “a resolução do Conselho Federal de Educação [em 1962] parece antes dar forma de lei a um processo que já vinha se desdobrando autonomamente”, produzindo, aliás, uma bibliografia a que os pioneiros docentes portugueses da disciplina recorrerão. O segundo paralelo contrastivo é o que, pela mão de Afrânio Coutinho, se irá estabelecendo entre a crítica de jornal (a instituição do “rodapé”) e a mais caracterizadamente académica, que tenderá a recorrer à figura ou do artigo académico, tendencialmente não-ensaístico, ou sobretudo do livro – que, contudo, oscilará entre o tratado e a recolha de artigos, por vezes publicados na imprensa, revelando assim as dificuldades de proceder a um corte definitivo entre as duas tradições, que na leitura de Castro Rocha, são também duas diversas materialidades da comunicação.

Cremos que se trata, pois, de um dossiê temático que permite reconhecer a riqueza e complexidade do panorama da Teoria da Literatura no Brasil, ou das várias versões (nem sempre coincidentes, e mesmo conflituais) do trabalho da teoria nesse país, o que de resto se prolonga no assinalável conjunto de recensões que encerra este número da *Revista de Estudos Literários*.

*Oswaldo Manuel Silvestre*

Universidade de Coimbra

Centro de Literatura Portuguesa (CLP)

<https://orcid.org/0000-0003-3293-6340>

